

## MODERNIZAÇÃO TURÍSTICA E A PERDA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO

### *TOURIST MODERNIZATION AND THE LOSS OF BUILT HISTORICAL HERITAGE*

Francisco Xavier da Silva Júnior\*

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é entender como a modernização turística afetou a perda do patrimônio histórico edificado em Santa Cruz – RN, Brasil. Para tanto, foram analisados onze elementos distribuídos entre edifícios e espaços públicos de lazer do município, dado que boa parte destes passaram por completa mudança de infraestrutura e função, por meio dos recursos ministeriais da pasta do turismo. Foi realizada visita *in loco* nos espaços e edifícios com o intuito de obter a atual situação e recrutar mais informações de interesse desta pesquisa através de um formulário. Utilizando o recurso teórico-metodológico, concluiu-se que a utilização da modernização como recurso econômico único com base no consumo massivo, em especial, no consumo de experiências turísticas, viabilizou em Santa Cruz uma corrente de transformações urbanas que prejudicaram a preservação e manutenção do patrimônio histórico edificado, além de que, alguns elementos analisados tiveram sua completa refuncionalização ou estão em fase de transição.

**Palavras-chave:** Modernização; Turismo; Patrimônio; Santa Cruz; Rio Grande do Norte.

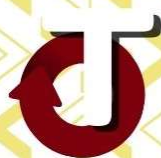
**Abstract:** The purpose of this research is to understand how tourism modernization has affected the loss of historical heritage built in Santa Cruz - RN, Brazil. Eleven elements distributed among buildings and public leisure spaces were analyzed, given that most of these underwent a complete change in infrastructure and function by the tourism ministerial resources. A visit was carried out in the spaces and buildings to obtain the current situation and recruit more information of interest to this research through a form. Using the theoretical-methodological resource, it was concluded that the use of modernization as a unique economic resource based on massive consumption, especially in the consumption of tourist experiences, made possible in Santa Cruz a chain of urban transformations that harmed the preservation and maintenance of the built historical heritage, in addition to that, some analyzed elements had their complete refunctionalization or are in the transition phase.

**Keywords:** Modernization; Tourism; Heritage; Santa Cruz; Rio Grande do Norte.

## 1 Introdução

Refletir aspectos modernizantes na sociedade atual é pensar como ela se estrutura para acompanhar as premissas de desenvolvimento impostas pelo mecanismo do capital. Dentro dessa conjuntura complexa enquadrada pela perspectiva da modernização, o turismo embarca sob a égide como uma nova oportunidade de lazer e com o advento da Segunda Guerra Mundial no século XX, uma série de transformações pôde ser somada à sociedade, como o desenvolvimento dos meios de transporte, melhorias no direito ao trabalho, melhor remuneração e tempo de férias.

\* Doutorando em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Natal. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Natal (2020). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Currais Novos (2017). E-mail: xaviersilva2@gmail.com.

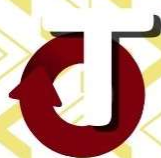


Um movimento social que passa da produção (industrialização) para a produção de consumo (experiências), ocasionando um novo temperamento da vida em sociedade. Para Bauman (1998), a sociedade atual é balizada no consumo e é o ato de consumir que define a felicidade ou o acesso a ela. Uma vez que o indivíduo consome, ele é feliz. Mesclando o conceito líquido *baumaniano* as características consumistas da sociedade atual, a modernização ajustada aos princípios do capitalismo vem enfatizar esse movimento com a produção massiva de experiências que se renovam e nunca acabam, e o turismo entra nessa seara.

O turismo diversificado em seu prisma de oportunidades mercadológicas, encontra na modernização um preceito para abertura e fechamento de mercados cada vez mais fluidos. Prova dessa dinâmica é a constante segmentação turística que aloca o consumidor dentro de um parâmetro de desejos no qual o comprador de experiência opta por um mecanismo de oportunidades limitadas do “experenciar”. Turismo cultural, turismo de aventura, sol e mar, turismo de saúde, turismo de eventos, são alguns dos exemplos. Assim, o conceito de modernização atrelado ao turismo sugere que as oportunidades de desenvolvimento sejam paralelas as de gerar uma sociedade com altos níveis de consumo (FAZITO, 2015).

Com vistas a atender essa demanda de sujeitos que se deslocam motivados a conhecer novos lugares não habituais aos seus por um espaço temporal, diversas cidades têm optado por transformar suas zonas urbanas em um verdadeiro canteiro de obras com o objetivo discursivo-político de modernizar as áreas públicas para uma melhor qualidade de vida dos residentes e uma melhor experiência para os turistas. Esse comando governamental, por vezes, não considera o patrimônio histórico edificado como um elemento importante no processo de modernização urbana e acaba por assolá-lo, impondo novas formas arquitetônicas e/ou novas funcionalidades às estruturas históricas.

O desaparecimento do patrimônio histórico edificado de um lugar pode ocasionar uma série de consequências como a não valorização social de suas origens e raízes, precarização do patrimônio histórico construído, perda da sensibilidade dos saberes e fazeres de um povo, descaracterização de personagens históricos, desconexão política de interesse em conservação e respaldo para manutenção do patrimônio no âmbito social (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008), e com isso gerar desafios na conservação e preservação do acervo urbano criado pela sociedade.



Todo o programa de realinhamento urbano com a criação de novos bairros, construção de praças, descaracterização do passado está alinhado ao movimento do capitalismo contemporâneo que se une ao discurso político nivelado às perspectivas neoliberais capazes de produzir desigualdades no lugar, pois estes espaços passam por um processo de total mudança em suas estruturas físicas que impactam diretamente o modo de viver social (HARVEY, 2009; PITOMBO, 2013). Assim, as declarações políticas de atraso frente ao patrimônio reforçam a política da perda do patrimônio tão comumente utilizada em uma postura neoliberal (DESILVEY; HARRISON, 2019).

Tomado pelos discursos políticos constituídos em arenas políticas capazes de moldarem-se em políticas públicas que se desdobram em programas, projetos e ações, o objetivo desta pesquisa é entender como a modernização turística afetou a perda do patrimônio histórico edificado em Santa Cruz – Rio Grande do Norte, Brasil. Para tanto, analisaremos uma série de edifícios públicos e privados, e espaços públicos de lazer do município, dado que boa parte destes elementos passaram por completa mudança de infraestrutura e de função com recursos ministeriais da pasta do turismo (SILVA; FONSECA, 2015).

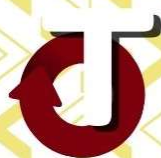
Nas seções que seguiremos discutir modernização turística e seus reflexos na perda do patrimônio histórico edificado, elucidar o percurso metodológico seguido por esta pesquisa, apresentar os resultados na seção quatro e finalizar com considerações breves e perspectivas futuras de estudo nesta área do conhecimento.

## 2 Metodologia

Para atender ao objetivo traçado nesta pesquisa, em um primeiro momento se realizou um levantamento bibliográfico sobre o tema abordado. Foram pesquisados em bases de periódicos científicos abertos e livros sobre as temáticas de modernização, turismo e patrimônio histórico edificado. Como resultado, utilizamos pensadores como Butler (1980), Cohen (2019), Endong (2018), Fazito (2015), Harvey (2009), Londres (2005), Reyes (2001) e tantos outros que pensam o eixo teórico-metodológico foram consultados.

A pesquisa norteou-se pela observação dos fenômenos, dado que para Belei *et al.* (2008), é durante a investigação que podem ser registrados dados visíveis e de interesse da pesquisa, bem como o contexto natural onde à busca de informações é realizada, pois têm-se





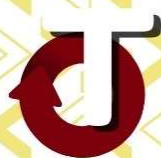
de obter a atual situação e recrutar mais informações de interesse desta pesquisa. Cabe salientar que o *locus* desta pesquisa se justifica por Santa Cruz, localizada no Rio Grande do Norte – Brasil, ter sido idealizada como território de turismo religioso no âmbito nacional e que busca um desenvolvimento econômico por meio do turismo e a consolidação no segmento (SILVA JÚNIOR; SILVINO, 2015), iniciada com mais ênfase na gestão de Luiz Antônio Lourenço de Farias (2001-2008), dando sequência nas gestões posteriores, visto que, pertencem à mesma base política.

Para dar logicidade ao processo de modernização turística, buscou-se no Portal SIACOR do Ministério do Turismo, os repasses efetuados entre 2003 (ano de criação do Ministério do Turismo) e 2008 para Santa Cruz, que propuseram a urbanização, readequação, reforma ou qualquer outro meio de mudança do espaço/edifício público, pois segundo Silvino (2012), boa parte dos espaços reformulados ou criados foram com o intuito de dar suporte ao turismo, sobremaneira, ao turismo religioso no município.

### **3 Modernização turística e a perda do patrimônio**

A Revolução Industrial definiu um marco temporal para a concepção de cidade. A concentração de indivíduos e as relações de trabalho definiram um novo comportamento social que reverberou em uma concepção de vida diferenciada, agregando novas oportunidades de aproximação com a cidade e o urbano. Desse modo, o pensamento sobre cidades no Brasil tem forte ligação com a construção intelectual europeia e carrega como principais características o tecnicismo e a especulação ao abordar o espaço. Refletir o movimento socioespacial pós-revolução industrial é buscar compreender elementos interdisciplinares que somados, podem trazer uma ampla maneira de interpretar às cidades e suas significações de uso, pois ponderar aspectos modernizantes nas cidades é pensar como elas se estruturam para acompanhar as premissas de desenvolvimento impostas pelo mecanismo do capital.

Importante diferenciar o que é a modernidade, modernização e modernismo para seguir a lógica textual. A modernidade é o sentido de tempo, isto é, a sensação de não estar/pertencer ao passado. Já a modernização é a expressão material da modernidade com produção de objetos e transformações dos grupos sociais a um novo contexto e o modernismo trata-se de uma manifestação simbólica, artística e ideológica. Com as mudanças da



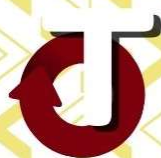
modernidade, o Estado começa a voltar os olhos à urbe que nos Estados Unidos seguiu o modelo compacto de cidade e no Reino Unido o modelo de cidade-jardim com preocupação em defesa do patrimônio-histórico (DONNE, 1979).

Um dos primeiros desafios para compreender o conceito de modernização é pautar-se no artifício de que há uma evolução no percurso histórico que carrega em si novos conceitos e hábitos não relacionados ao passado e, por isso, direciona o conceito a um caminho a ser seguido. A modernização adota um ritmo acelerado de desenvolvimento que pode ser observado em diversas sociedades, daquelas intituladas nortenhas ou sulistas. Esse conceito pode ter diversos desdobramentos políticos, econômicos e sociais, logo carece de estar envolto em conexões mais amplas para seu entendimento e consequente aplicação (REIS, 2020).

O conceito de modernização está relacionado a um conglomerado de processos que se interligam por todos os lados que incluem mudanças estruturais na sociedade, coalizão de poderes no âmbito político, novas formas de capitalização monetária, aumento das forças produtivas de trabalho, surgimento de novos *modus vivendi* no urbano e secularização de valores e padrões (HABERMAS, 2000).

A teoria da modernização nasce nos Estados Unidos como potência global pós-Segunda Guerra Mundial e se dissemina pelo mundo com uma proposta linear de desenvolvimento. De acordo com a teoria da modernização, as sociedades são mais produtivas, a educação é de melhor desempenho e se tem uma melhor qualidade de vida. Em um sentido geral, essa teoria tem aplicabilidade em um processo desintrincado de desenvolvimento, que uma vez iniciado não pode ser parado, tornando-a uma mudança política, econômica e cultural evolutiva (REYES, 2001).

Para Harvey (2009), modernização trata-se de um processo de modernização capitalista. As relações humanas, uma vez dinamizadas pelo capital, dão resultados sociais que culminam no individualismo, consumo e efemeridade. De maneira geral, o cunho da modernização está focalizado a mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que surgem no desenvolvimento industrial para a sociedade de consumo abundante e passageiro (GARCIA, 2016). A modernização, portanto, faz com que as sociedades se adaptem, primordialmente, economicamente às suas necessidades de produção de bens e serviços (GONZÁLE, 2016).

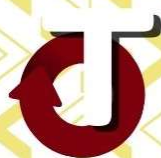


Neste sentido, a aplicação da modernização na sociedade está intrinsecamente ligada ao dispêndio massivo e sem freios sistematizados na justificativa de desenvolvimento. A teoria da decolagem de Rostow (1960), com os cinco estágios de desenvolvimento, que trata da saída do estágio primitivo de consumo para atingir uma coletividade de alto consumo, é reflexo da produção massiva de bens e serviços em larga escala e de forma rápida no contexto social atual. O turismo, com a organização do modo de trabalho, tempo de férias e normatizações trabalhistas, ganha um forte motor no parâmetro da modernização com o desenvolvimento dos transportes e tecnologias, interligando as agendas políticas nacionais como um todo.

A inserção do turismo como atividade de rápido consumo de serviços e experiências, torna-o uma ótima mão de obra para implantação da modernização no âmbito social. A modernização observa o turismo como braço do curso econômico e utiliza-o como ferramenta mais adequada para ocupar espaços públicos e privados que não são ou estão modernizados (FAZITO, 2015). Foco desse processo é a teoria de Butler (1980), que reforça a linearidade de desenvolvimento proposta pela modernização, isto é, o autor propõe o desenvolvimento do turismo por meio de estágios sequenciados no espaço-tempo que parte da exploração ao rejuvenescimento ou declínio do destino turístico. A inserção do turismo como mecanismo modernizatório é aplicá-lo em um espaço-tempo definidos para modernizar o espaço/lugar que a indústria convencional não consegue atingir.

Introduzir o turismo como justificativa da modernização é alterar, sobretudo no espaço urbano, parte do local para adaptá-lo a um “melhor” aproveitamento, com o intuito de atender a demanda turística conquistada pelo mercado. Neste sentido, tomando a segmentação do turismo cultural como uma atividade exercida no espaço-tempo urbano, a modernização implica uma série de forças sociais, econômicas e políticas adversas à manutenção do patrimônio cultural material e imaterial principalmente nos países do sul global, pois a modernização é vista como um movimento pró-ocidentalização e, nessa maneira, causadora de rupturas culturais tendo em vista que impõe estilos de vida, formas e hábitos sociais aos países que aderem ao movimento (ENDONG, 2018).

Assim, pensar o turismo no meio urbano sob a luz da modernização é torná-lo ferramenta para aplicação da modernização na cidade definida como unidade de espaço-tempo e que detém uma série de agentes sociais capazes de ramificar sua teoria aos aspectos culturais, econômicos e políticos. Para este texto, a cidade será encarada pelo viés econômico



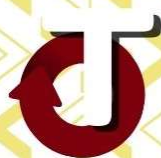
mediante os bens e serviços nela produzidos e consumidos, e que possui acervo histórico e tecnológico das mais variadas categorias (DONNE, 1979), na justificativa turística de moderniza-se para atender as demandas de mercado, em consequência, o mercado turístico. Esse processo de modernização das estruturas da cidade pauta-se, sobremaneira, no discurso político de senso comum de que não vale a pena conservar estruturas do passado, pois a modernização afeta a produção, o consumo e também os territórios urbanos, forçando um novo estilo de vida (COHEN, 2019; PESAVENTO, 2005).

O urbanismo continuamente enfrenta mudanças de paradigma. A atuação do capital sobre o espaço urbano para Lefebvre (1968) não oportuniza um planejamento técnico e neutro. Por esse aspecto, o patrimônio histórico edificado no espaço urbano pode encontrar barreiras para sua conservação e preservação frente aos processos modernizantes de desenvolvimento, sobretudo quando encontra no turismo uma ferramenta potencial para destruí-lo ou refuncionalizá-lo (GIORIA, 2003; FELIÚ *et al.*, 2020).

Ao falarmos de patrimônio histórico, referimo-nos não somente a um grupo seletivo de objetos, mas sim ao resultado das ações humanas no curso da história, no processo constante de selecionar, conservar, repassar bens materiais e imateriais a que se atribuem valores pelos quais um grupo social organiza sua memória (LONDRES, 2005). Na tentativa de salvaguardar esse resultado social de manutenção de bens e histórias, a política nacional brasileira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), baseia-se no tombamento por meio de um ato administrativo visando preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo de comunidades impossibilitando sua descaracterização ou destruição (MEDEIROS; LUNA, 2012).

Assim, para Benhamou (2007) a consequência econômica dos patrimônios históricos é representada como uma economia patrimonial de um setor específico dos movimentos culturais. A autora salienta que por ser um bem coletivo, o patrimônio histórico deve ser coordenado/administrado pelo Estado, pois este poderá garantir sua manutenção e conservação para futuras gerações. Porém, em mesma medida, a utilização desses bens por parte do Estado no estágio de tombamento, implica a elevação dos custos de manutenção, especialmente pelo processo natural de deterioração do patrimônio quando incluído nele a visitação turística, por exemplo.

Conciliar o rápido e desarmônico processo de urbanização de maneira dinâmica com a conservação do patrimônio histórico tem se tornado um desafio (RISCADO, 2018). A

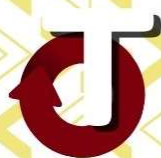


crescente exponencial das cidades fragiliza a manutenção e conservação do patrimônio histórico, pois este acaba permanecendo em zonas isoladas da cidade, tendo em vista que começam a surgir novas áreas, novas centralidades, modernas e seguras. Esse movimento é sentido, primordialmente, nos países do sul global, pois o incremento da modernização eurocêntrica e norte-americana no estilo de vida dos países do sul não orienta para salvaguarda destes bens edificados como se faz nos países do norte, mas sim para dismantelar e acabar com as informações do passado de dominação, exploração e conquista de território para uma abordagem *clean*, moderna e confortável (LINDÓN, 2008; PEREIRA, 2017).

Alguns movimentos de resistência têm surgido com a perspectiva da salvaguarda dos patrimônios históricos edificados, bem como dos modos de saber-fazer de comunidades tradicionais, sobretudo aqueles que retratam a história de comunidades quilombolas e indígenas (MONTERO, 2017). Todavia, o uso do turismo como mecanismo da modernização, isto é, por meio do consumo dos espaços pelo turismo de massa traz impactos socioculturais, por exemplo: mudanças culturais, conflito no uso do espaço, relações desarmônicas entre turistas e residentes, concentração dos serviços ofertados nas grandes empresas turísticas, criação de espaços exclusivos de uso turístico e movimentação continuada da população residente para áreas marginais da cidade (TIMOTHY, 2011).

Essas consequências, por vezes, não são consideradas nos discursos políticos. Referimo-nos aqui, sobre os discursos eleitorais onde o agente público busca, por meio da entonação e promessas, atrair eleitores potenciais para sua base de campanha e consequente voto. A construção destes discursos acontece por um conjunto de figuras retóricas que, de acordo com Fantinati (1990), podem ser distribuídas como sendo: salientar o lado favorável e ocultar o desfavorável, atribuir características positivas ao próprio grupo, apresentar objetivos interesseiros como desinteressados, transferir os próprios erros para outros e convencer o ouvinte a identificar-se com o que se diz, apenas para citar alguns.

Para Fabri e Marcarino (1985), o discurso político não é um discurso representativo. O discurso político não é apenas sobre promessas, mas também sobre política. Palavras são usadas para manipular, coagir e afetar o corpo político (HASHIM, 2015). Nessa premissa, a construção de uma retórica no movimento da modernização faz da fala política um mecanismo de suma importância para a implementação de um projeto de desenvolvimento capaz de atrair o maior número de grupos interessados para a base de interesse, uma vez que a utilização da modernização no discurso político, para acelerar o desenvolvimento e



modernizar espaços e lugares que se atrelam a memória política do agente público, se direcionam para a realização de obras e feitos urbanos que ficam expostos cotidianamente à comunidade (LAZZARI; ARAÚJO, 2020).

A modernização pode, então, tomar-se de discurso político porquanto envolve processos ideológicos e políticos inerentes ao processo de desenvolvimento que ela sugere para a sociedade. O conceito englobante da modernização faculta uma nova abordagem no âmbito social com efeitos no setor político, social, econômico e cultural. Com isso, as mudanças estruturais ocasionadas pela modernização em estágios diferenciados junto de uma base política articulada para seu desenvolvimento, oportuniza um espaço simbólico positivo no qual a modernização está relacionada ao produtivo (tanto para bens como para serviços) e produz uma maior estabilidade política no cenário (CASTILHO, 2010; PERES, 2004).

#### **4 Modernização para quem? A perda do patrimônio histórico edificado em Santa Cruz – RN, Brasil**

Santa Cruz está localizada no estado do Rio Grande do Norte a 122,2 km de distância da capital Natal. Com uma população estimada de um pouco mais de quarenta mil habitantes, Santa Cruz é destaque na mesorregião Agreste Potiguar por concentrar bens e serviços que atendem a municípios vizinhos como ampla rede de educação pública e privada, comércio capaz de atender as demandas locais, feira livre de grande porte e por possuir um fluxo turístico advindo do turismo religioso em consequência da maior estátua católica das Américas, a estátua de Santa Rita de Cássia inaugurada em 2010 com 56 metros de altura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Em 2001, o município começa a passar por uma série de transformações urbanísticas que não consideraram o acervo patrimonial histórico da cidade. O discurso político da época, que é revivido a cada gestão, é o da cidade frente ao seu tempo, moderna e dinâmica, sobretudo com o advento do turismo religioso que abriu a cidade aos olhares do mundo e, em específico, aos devotos católicos que fazem romarias e visitas ao Santuário de Santa Rita de Cássia. É a partir da primeira gestão de Luiz Antônio Lourenço de Farias (2001-2008), que Santa Cruz se torna um canteiro de obras.

Exemplo do início das transformações ao longo destes anos foram a construção da Praça Tequinha Farias que foi inaugurada em 2001 na gestão do então recém-empossado

prefeito Luiz Antônio Lourenço de Farias (2001 – 2008), em homenagem a sua mãe. A praça ocupa um espaço territorial considerável e em sua estrutura conta com dois quiosques, parque de diversão e zonas de descanso arborizadas. Está localizada em frente ao primeiro cemitério público da cidade e na lateral da Maternidade Ana Bezerra. A praça não dispõe de estacionamento e banheiros, o que inviabiliza o uso público por um longo período, como ilustra a Imagem 1.

Imagem 1- Praça Tequinha Farias



Fonte: Viajando todo o Brasil (2022)

Após a construção da Praça Tequinha Farias, que vinculou a imagem da Santa Cruz do futuro, a Praça Coronel Ezequiel Mergelino (Foto1), passa por uma completa destruição para construção de um novo *layout*.

Foto 1 - Praça Coronel Ezequiel Mergelino



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Esse segundo espaço público, em um primeiro momento, passou por um processo de urbanização em 2005 com recursos descentralizados do Ministério do Turismo. Também há registros de repasse de verbas para urbanização e adequação da praça em 2007, culminando na completa reestruturação e reinauguração em 2008. Em contraponto o avanço e

destruição patrimonial edificado em Santa Cruz, existem alguns sinais de resistência ao passo acelerado do concreto *clean* e moderno. Na Praça Coronel Ezequiel existe um casarão, de ordem privada, pouco preservado, mas que remonta a história de uma Santa Cruz de um passado de transição entre a vila e o começo da cidade, como ilustra a Foto 2.

É possível notar que o casarão ocupa um largo espaço e impõe-se frente a onda de construções ao redor da praça. Sua presença marca um tempo simbólico que ajuda no resgate de uma cidade de outrora, porém por se encontrar isolado no contexto, acaba por desarmonizar um centro todo moderno.

Foto 2 - Casarão na Praça Coronel Ezequiel



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Outro casarão que remonta, em um contexto urbano isolado, uma Santa Cruz do passado, porém sua estrutura encontra-se em precário estado de conservação (Foto 3), está localizado na Rua Cosme Ferreira Marques.

Foto 3 - Casarão da Rua Cosme Ferreira Marques



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

E, também deslocado desse contexto do passado, porém em excelente estado de conservação, encontra-se o casarão da Rua Elói de Souza (Foto 4), que também é de cunho privado.

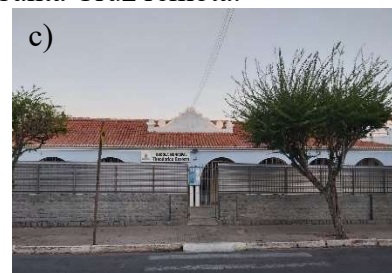
Foto 4 - Casarão da Rua Elói de Souza



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Realizando uma síntese arquitetônica desses casarões, podemos perceber que suas estruturas mesclam os estilos barroco colonial e neoclássico. É possível observar traços mais robustos, rígidos característicos do movimento barroco e a presença de colunas arredondadas, à lá fórum romano, comumente presente no movimento neoclássico. Ainda é possível observar essa mescla arquitetônica na (a) Câmara Municipal de Santa Cruz, na (b) Escola Estadual Quintino Bocaiúva e na (c) Escola Municipal Theodorico Bezerra, como ilustra a Foto 5 que segue.

Foto 5 - Edifícios públicos com estruturas de uma Santa Cruz remota.



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Câmara Municipal está localizada na Rua Senador Georgino Avelino, mais conhecida como “Calçadão”, por ser uma rua para pedestres. Como pode ser observado na imagem, a Câmara só mantém a faixa preservada, pois seu interior já foi reformado. É possível notar a parede traseira que sobe para além da faixa histórica. Semelhante padrão

arquitetônico, a Escola Estadual Quintino Bocaiúva, está localizada na Rua Cosme Ferreira Marques, próximo ao casarão citado anteriormente.

A escola pertencente ao estado do Rio Grande do Norte, passou por revitalização e manteve sua estrutura original, porém trazendo uma paleta de cores neutra. Já a escola municipal Theodorico Bezerra, está localizada em um prédio de valor histórico para o município. Conhecido como a “Escola do Padre”, a estrutura conta com um padrão arquitetônico similar aos demais, porém sua estrutura está encoberta com tapumes de alumínio, o que dificulta a apreciação das colunas e ambiente interno.

É possível notar uma breve manutenção das estruturas históricas do prédio público estadual em comparação com os prédios públicos municipais. No âmbito do governo estadual, este procede com a Lei Complementar nº 460, de 29 de dezembro de 2011, o Fundo Estadual de Cultura que prevê, dentre outras medidas, a preservação do patrimônio material e imaterial por meio de incentivos e investimentos em patrimônio arquitetônico. Já no cenário municipal, a ausência dessas diretrizes reforça o movimento de um discurso modernizante que não permite acesso ao passado, pois o passado é sinônimo de atraso e o que importa é o progresso que vem em marcha.

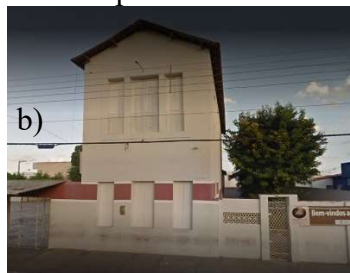
Os casarões privados também, isolados em seu contexto, encontram difícil manutenção das suas paredes. Isso se dá, pois a modernização não deixa rastros de um passado arcaico. Não foi possível identificar um direcionamento de políticas públicas municipais de manutenção dos casarões, tampouco incentivos e investimentos monetários que visem a restauração e manutenção com o intuito de preservar uma imagem temporal, apesar de ser direcionado à Secretaria Municipal de Cultura na Lei Complementar nº 07 de 2009, no artigo 41, a competência de colaborar com ações de preservação ao patrimônio educacional, histórico, cultural e artístico.

Além dessa conjuntura, outros edifícios públicos municipais tiveram sua completa refuncionalização ou estão em fase de transição. Ao se referir a refuncionalização indicamos o conceito onde ocorre a troca de funcionalidade de um objeto sem mudanças em sua estrutura (CIFELLI, 2015). O Santá Centro de Artesanato é o exemplo desse processo. Anteriormente tido como uma escola municipal infantil, referência no centro da cidade e na memória de muitos cidadãos, o Santá atende hoje uma demanda especialmente turística.

Projetado para transformar-se em um complexo cultural com base no projeto Lugares de Charme, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz em parceria com o Serviço

Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), trabalharam em conjunto para prestar consultoria e propiciar o lugar aos artesãos locais, como ilustra a transformação das funcionalidades nas imagens a, b, c da Foto 6.

Foto 6 - Complexo Cultural Santá Centro de Artesanato em 2012, 2018 e 2019, respectivamente.



Fonte: a) e b) Google Maps e c) Dados da pesquisa (2021)

Seguindo a mesma lógica, mas em processo de transição, o Mercado Público Municipal (Foto 7) irá passar por completa transformação de sua estrutura para adequar-se aos padrões modernos. O espaço é referência local para o comércio de carnes e derivados. Está localizado em uma das principais avenidas que dá acesso ao Santuário de Santa Rita de Cássia e dispõe de um amplo armazenamento dividido por dois largos corredores e box com bancadas para os comerciantes.

Foto 7- Mercado Público Municipal



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Todavia, toda a infraestrutura do espaço passará por inteira reforma (externa e interna). É o que afirma o perfil oficial da prefeitura no Instagram, ao informar que a ordem de serviço para a reforma e ampliação do mercado havia sido autorizada, como ilustra a simulação do novo mercado após reforma na Foto 8.

Foto 8 - O novo mercado público



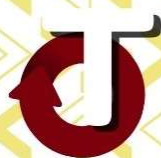
Fonte: Perfil Oficial do Instagram da Prefeitura de Santa Cruz (2021)

O texto publicado pela prefeitura em seu perfil informa: “A obra do novo Mercado Público está orçada em mais de R\$ 2 milhões, e mudará a estrutura física do Mercado Público, que será ampliado e modernizado, mudando o Centro da cidade, fortalecendo a Feira Livre, que já é uma das maiores do Estado, e fortalecendo o projeto turístico de Santa Cruz<sup>1</sup>”. Se nota que a retórica modernizante está presente na comunicação oficial do poder público. Importante salientar o câmbio notório das estruturas, cores, disposição dos espaços e armações para atender um novo público que não somente a comunidade, mas também um público turístico.

Essa característica reforça ao apreço teórico-metodológico desta análise, pois é através dela que se observa o não apego aos edifícios com potencial histórico que poderiam valorizar a memória coletiva da comunidade. Em matérias em *blogs* locais é possível visualizar o discurso de modernização atrelado ao turismo ao inferir termos de ampliação da capacidade turística, novo produto, agregador de valor, por exemplo.

O uso do turismo religioso, é fortemente disseminado na cidade desde a inauguração do complexo turístico católico em 2010, como vertente para criação de lugares de memória (TOIGO; HERÉDIA, 2021) que corroborem politicamente com o empenho, trabalho e sucesso de um braço político local. Cabe ressaltar que outros pontos entre edifícios e espaços públicos podem ser analisados por esta linha de pensamento, mas devido às limitações textuais, repousemos nossas análises à aqueles com maior envergadura da memória social. Parte dos edifícios analisados neste estudo são dominados por uma elite local que, respaldada pela ausência de uma gestão pública capaz de legislar normas e condutas para

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CV3NLMVPUd/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CV3NLMVPUd/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em: 15 de dezembro de 2021.



manutenção da memória coletiva, procede com uma série de transformações modernizantes com o intuito de rejeitar o passado, pois este não representa progresso e dinamicidade que a cidade demanda.

Não foi encontrada lei ou decreto municipal que regulamente a salvaguarda do patrimônio histórico edificado de interesse. O portal oficial da Câmara de Vereadores de Santa Cruz não possibilitou o acesso ao acervo digital da legislação municipal, o que dificultou a interpretação de uma regulamentação existente com vistas ao patrimônio histórico edificado. Em contrapartida, entre 2003 (ano de criação do Ministério do Turismo) e 2008, foram descentralizados, conforme o SIACOR e do valor do repasse, mais de quatro milhões e quinhentos mil reais para modernização, urbanização, iluminação e construção do complexo turístico.

Os recursos ministeriais foram aplicados por todo o centro da cidade e pode ser visualizado nos elementos que aqui analisamos, mas também em outras estruturas como asfaltamento das ruas principais, construção de praças públicas em diversos bairros, calçamento de vias públicas, iluminação e construção de novos espaços de lazer fora do eixo do centro. Os recursos financiaram a modernização de Santa Cruz sob a pauta do turismo religioso que agrega valor temporário à dinâmica da cidade, uma vez que não concentra a efervescência do turismo de massa diariamente, como previsto nos discursos políticos de outrora.

Em uma tentativa de regaste do passado, artistas locais realizaram um mural com cenários de uma Santa Cruz remota. O recurso da arte, como ilustra a Foto 9, remonta contexto do século XX que não é mais possível ser visualizado nas estruturas de cidade dispostas atualmente. A desconexão dos edifícios e espaços públicos com o entorno, dificulta a percepção desses momentos de memória. Além dessa expressão da arte plástica, também há outras manifestações sociais que podem ser encaradas frente a expressão da modernidade como a continuidade e periodicidade da feira livre.

Foto 9 - Mural de memórias



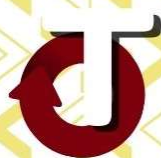
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Outro ponto crítico da modernização turística em Santa Cruz é o apelo de uma única via ao atrelar toda reforma, todo investimento e toda força na justificativa do uso turístico. O turismo deve ser encarado para além do uso unívoco de sua vertente econômica. Integrar movimentos paralelos que contemplem o bem-estar da comunidade local, equilíbrio econômico, valorização cultural, preservação e manutenção do patrimônio material e imaterial, respeito aos recursos naturais, são algumas temáticas que podem e devem ser consideradas.

Nessa perspectiva, a utilização da modernização como recurso econômico único com base no consumo massivo, em especial, no consumo de experiências turísticas, viabilizou em Santa Cruz uma corrente de transformações urbanas que prejudicaram a preservação e manutenção do patrimônio histórico edificado. A dificuldade de entendimento do turismo como fenômeno complexo por parte da gestão pública aflora um lado do turismo que não agrega equidade aqueles que se usam do turismo para sobrevivência. O apelo ao econômico e uso da visão de Butler no turismo reacende a discussão de incrementos de novos atrativos e novos consumos, sem considerar a complexidade que o turismo envolve, considerando apenas estruturas modernas, isoladas e desconexas.

## 5 Considerações finais

O surgimento de uma Santa Cruz moderna e que atende as necessidades do turista começa a ser pensado no início dos anos 2000. A devoção católica-cristã à Santa Rita de Cássia, padroeira do município, gerou como resultado a construção de um complexo turístico religioso de visibilidade global. Para atender ao futuro mercado, a cidade precisava se posicionar e afirmar a modernização de suas estruturas para o público-alvo, os(as) turistas.



É a partir de 2003 que inicia uma séria de transformações urbanas, respaldadas pelo discurso da modernização, que Santa Cruz desmonta cenários de seu passado. Mudanças estruturais dos espaços públicos e descaracterização ou refuncionalização de edifícios públicos e privados, assolaram a memória visual do passado. Os edifícios (casarões) públicos e privados dispostos territorialmente encontram-se isolados, pois todo o seu entorno foi modificado para atender aos novos padrões de *layout*.

Não foram encontrados na legislação municipal indícios de proteção e salvaguarda do material patrimonial edificado e isso pode ter facilitado as rápidas mudanças ocorridas na zona urbana. Santa Cruz não tem, visivelmente, um centro histórico que remonte seu surgimento, suas transformações ao longo do século XX, por exemplo. Os elementos analisados estão dispostos a uma certa distância um do outro, não dando conexão ao contexto.

O discurso político, a partir de 2003 de um novo tempo, uma nova cidade e uma cidade moderna, trouxe à tona um canteiro de obras que se estende até os dias atuais. No portal SIACOR foi possível visualizar obras de requalificação, reforma, urbanização e construção de complexo turístico com o intuito de dar essa nova face ao município e, sobretudo, fazer com que se perpetue às ações de intervenção urbana e os rostos políticos locais. Com esse contexto, a modernização encarada como via econômica de salvação das crises, encontrou em Santa Cruz um terreno fértil para prosperar e, como consequência, destruiu ou modificou o patrimônio histórico edificado.

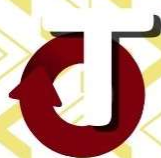
Importante destacar que essa análise não exaure neste levantamento. Outros elementos urbanos podem ser considerados em estudos futuros. Outras teorias podem cruzar para enriquecer a análise e trazer novos pontos de vista, como a utilização dos discursos políticos para reafirmar poder. Também se faz primor dizer que outras zonas urbanas potiguares e brasileiras também podem apresentar características similares a de Santa Cruz onde essa análise poderá ser replicada.

## Referências

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELEI, R. A. *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, 30, p. 187-199, 2008.

BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.



BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer/Le Géographe Canadien**, v. 24, p. 5-12, 1980.

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, 2010.

CIFELLI, G. **Imagem, representação e o uso turístico do patrimônio mundial: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)**. 2015. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP, 2015.

COHEN, J. Arquitectura, modernidad, modernización. **Revista de Arquitectura (Bogotá)**, v. 21, n. 2, p. 126-142, 2019.

DESILVEY, C.; HARRISON, R. Anticipating loss: rethinking endangerment in heritage futures. **International Journal of Heritage Studies**, 2019.

DONNE, M. D. **Teoria sobre as cidades**. [S.l.]: Edições 70, 1979.

ENDONG, F. P. C. **Culture and heritage preservation in an era of globalization and modernism: a comparative study of China and Nigeria**. In: HANDBOOK of Research on Heritage Management and Preservation. 2018. p. 320-339.

FABRI, P.; MARCARINO, A. El discurso político. **Carte Semiotiche**, p. 9-22, 1985.

FANTINATI, C. E. Sobre o discurso político. **Alfa**, v. 34, p. 1-10, 1990.

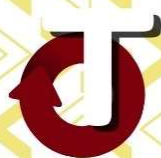
FAZITO, M. Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M. (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 108-126.

FELIÚ, E. G. *et al.* Urban modernization and heritage in the historic centre of Santiago de Chile (1818–1939). **Planning Perspectives**, v. 35, p. 91-113, 2020.

GARCIA, R. A. Modernização do Nordeste brasileiro: um estudo microrregional. In: Seminário Nacional População, Espaço E Ambiente (2017-2019), 4 e 5., 2016, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte, 2016.

GIORIA, B. M. I. Refuncionalización de terrenos del puerto y ferrocarril en la ciudad de Santa Fe, Argentina. **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 8, n. 448, p. 1-29, 2003.

GONZÁLE, R. M. T. Tránsito a la “modernidad”: crisis, turismo, administración, evolución e hibridez. **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 4, p. 169-180, 2016.



HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HASHIM, S. S. M. Speech acts in political speeches. **Journal of Modern Education Review**, v. 5, n. 7, p. 699-706, 2015.

IBGE **Cidades**: Santa Cruz, Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz/panorama>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LAZZARI, K.; ARAÚJO, M. P. Memórias dos discursos políticos. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 3, p. 77-93, 2020.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LINDÓN, A. El imaginario suburbano: los sueños diurnos y la reproducción socioespacial de la ciudad. **Iztapalapa, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 64, n. 65, p. 39-62, 2008.

LONDRES, C. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

MEDEIROS, A. L.; LUNA, I. J. Memória e patrimônio: um estudo do Centro Histórico de Natal. In: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 7., 2012, Palmas. **Anais do VII CONNEPI**. Palmas: IFTO, 2012.

MONTERO, C. M. G. To preserve is to resist: threading black cultural heritage from within in quilombo tourism. **Souls: A Critical Journal of Black Politics, Culture, and Society**, v. 19, p. 75-90, 2017.

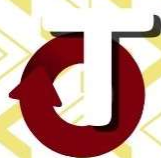
PEREIRA, D. C. O processo de modernização da vida social e os aspectos teóricos da memória. **Revista Ágora**, 25, p. 109-122, 2017.

PERES, P. S. Modernização e desenvolvimento político: duas visões sobre o pacote democracia-capitalismo. **Leviathan**, p. 263-286, 2004.

PESAVENTO, S. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos LEPAARQ**, v. 2, n. 4, p. 10-17, 2005.

PITOMBO, M. Reinventando tradições, potencializando identidades – uma análise das políticas de modernização turística e cultural na Bahia contemporânea. **Revista Mnemosine**, p. 1-16, 2013.

REIS, B. P. W. **Modernização, mercado e democracia**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2020.



REYES, G. E. Four main theories of development: modernization, Dependency, world-system, and globalization. **Nômadias, Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, v. 4, p. 1-16, 2001.

RIBEIRO, W. C.; ZANIRATO, S. H. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural do Brasil. **Revista de História**, n. 158, p. 277-300, 2008.

RISCADO, J. E. Patrimônio e cidade: uma análise sobre os centros históricos brasileiros em tempos de reestruturação urbana. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 17, n. 33, p. 293-306, 2018.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: University Press, 1960.

SILVA JÚNIOR, F. X.; SILVINO, M. Turismo e as formas simbólicas no incentivo do desenvolvimento local em Santa Cruz/RN. **Geosaberes**, v. 6, n. 3, p. 375-387, 2015.

SILVA, R. C.; FONSECA, M. A P. Turismo no interior potiguar: investimentos públicos nas regiões turísticas Agreste/Trairi e Seridó. In: Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7., 2015, Natal. **Anais...** Natal: ANPPGT, 2015.

SILVINO, M. **Ilha de Santana e Alto de Santa Rita**: a produção do espaço a partir do turismo em Caicó e Santa Cruz – RN. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, 2012.

TIMOTHY, D. J. **Cultural heritage and tourism: an introduction**. Bristol, UK: Channel View Publications, 2011.

TOIGO, G. L.; HERÉDIA, V. B. M. Turismo religioso e lugares de memória. **Turismo e Cidades**, v. 3, n. 8, p. 48-71, 2021.